

DISCURSO

**DESEMBARGADOR SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE -
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS
GERAIS**

**INSTALAÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS, DA
INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DE CARTAS
PRECATÓRIAS CRIMINAIS DA COMARCA DE IGARAPÉ**

**10 de setembro de 2009 – 11 horas – Fórum Dr.
Sebastião Patrus de Souza – Rua Manoel Franco
Amaral, 450 – Cidade Jardim – Igarapé**

O Judiciário do Brasil está às voltas com as inúmeras exigências: o grande volume de processos e os anseios de agilidade e pronto-atendimento; as necessidades de modernização, de investimentos na comunicação; as demandas crescentes por transparência numa sociedade cada vez mais consciente de seus direitos.

Não há dúvida de que se trata de aspectos positivos. O mundo se encontra em evolução. As comunidades mais organizadas passam a reivindicar mais e mais.

Já tive oportunidade de dizer algumas vezes que a criação do Conselho Nacional de Justiça se deve ao fato de nós, como integrantes do Judiciário, não termos feito o nosso “dever de casa”.

O certo é que o CNJ está aí, com amplo acolhimento por parte da população. As ações do Conselho, algumas vezes desgastantes, geram resultados positivos.

Podem ser listadas várias iniciativas do CNJ, como a conciliação, o processo judicial eletrônico, as metas nacionais de nivelamento, a recente política nacional de comunicação, dentre outras. Algumas já possuem seus efeitos consolidados; outras ainda são muito recentes, para se avaliar o seu impacto.

Todo o Judiciário está envolvido, atualmente, com a chamada Meta 2, que prevê o julgamento, ainda este ano, de todos os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005.

Na semana que vem, será realizada a Semana Nacional da Conciliação, específica para a Meta 2, representando uma oportunidade para se promover o acordo em processos mais antigos.

A conciliação é uma forma de agilizar a prestação jurisdicional, com a vantagem de serem as próprias partes que solucionam o conflito, colocando um ponto final na questão.

Na Justiça Estadual de Minas, foram contabilizados quase 25 mil processos da Meta 2 julgados de janeiro a julho deste ano. Essa primeira apuração foi feita por meio de informações espontâneas, encaminhadas pelos magistrados.

Acabaram de ser fechados os dados do último mês de agosto, que já foram feitos de forma sistematizada, reunindo esforços das equipes da Corregedoria-Geral de Justiça, da Diretoria de Informática, Secretaria de Planejamento do Tribunal e das Comarcas. Somente no mês passado, foram julgados 18 mil e 988 processos da Meta 2.

Como todos os presentes podem observar, essa é uma quantia significativa e demonstra o esforço da equipe de magistrados e servidores em atender ao apelo de resolver as ações que tramitam há vários anos no Judiciário.

Presidir o Tribunal de Justiça de Minas Gerais é um grande desafio. Trata-se de uma grande estrutura, envolvendo 295 comarcas, com mais de mil magistrados e um número superior a 20 mil servidores. São 500 prédios em todo o Estado. Com esse quadro, a realidade não poderia ser outra: são inúmeras as demandas que chegam à Administração diariamente.

Segundo as estatísticas de janeiro a junho deste ano, foram distribuídos, nesta Comarca, 376 novos processos mensalmente, tendo sido julgados 125 a cada mês. Nos Juizados Especiais, foram distribuídas outras 155 ações e julgadas 98 por mês. Encontram-se em andamento em Igarapé quase 12 mil processos.

Existe, portanto, um volume de serviço que justifica a instalação da nova Vara de Execuções Penais, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais. Felizmente, esta Comarca pôde ser atendida, porque, aliada à grande movimentação processual, existe espaço físico e quadro de pessoal para fazer frente às novas necessidades.

Assim, este é um momento de colher as alegrias pelo que pôde ser realizado e reunir forças para as novas conquistas, sempre com o foco na melhoria do serviço prestado ao cidadão.

Concluo, lembrando as origens do município de Igarapé, que remontam à época dos bandeirantes Fernão Dias e Manoel Borba Gato. Por volta de 1710, inicia-se o povoado.

O povoado teve três outras denominações: Pousada dos Tropeiros, Lagoa dos Pombos e Barreiro, segundo os historiadores. O nome atual foi sugestão de Dona Odete Valadares, esposa do então governador Benedito Valadares, que observou a existência de muitos córregos recortando a região. Em 1962, foi criado o município. A instalação oficial ocorreu no dia 1º de março de 1963.

Em 1998, foi instalada a Comarca, integrada pelos municípios de Igarapé e São Joaquim de Bicas, bem como pelo distrito de Nossa Senhora da Paz.

Por fim, deixo registrados os votos de sucesso a toda a equipe do Judiciário local, liderada pela Juíza Andréa Faria Mendes Fonseca, aos Operadores do Direito e aos homens públicos desta Comarca.

Desejo que as ações aqui empreendidas estejam voltadas para o cidadão, que representa a razão de ser do serviço público.

Muito obrigado a todos.